EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 002/IPRESJB/2018

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 002/IPRESJB/2018

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, inscrito sob o CNPJ nº 04.545.243/0001-66, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista (SC), de conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as atualizações que lhe foram introduzidas e pelas demais disposições da legislação aplicável, por intermédio do Pregoeiro Municipal, Augusto Correia Junior, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "Menor Preço Global" para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIFICAMENTE VOLTADOS À REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA E CONTROLADORIA NECESSÁRIA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÕES CMV Nº 3.922/10, Nº 4.392/14, Nº 4.604/17 E AS PORTARIAS Nº 519/11, Nº 440/2013 E Nº 300/15, a ser regida pela Lei Federal n 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 826/08, de 12 de setembro de 2008, com aplicação subsidiária da Lei n 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Termo de Referência.

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços.

Anexo III - Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Anexo IV - Modelo de declaração de atendimento às condições de habilitação.

Anexo V - Modelo de declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI - Minuta de Contrato.



1 - DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto do Pregão.

A presente licitação tem como objeto à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIFICAMENTE VOLTADOS À REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA E CONTROLADORIA NECESSÁRIA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÕES CMV Nº 3.922/10, Nº 4.392/14, Nº 4.604/17 E AS PORTARIAS Nº 519/11, Nº 440/2013 E Nº 300/2, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

1.2 - Entrega dos Envelopes - Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação)

Data/Hora: dia 01/10/2018 às 8h45min.

Local: Prefeitura Municipal de São João Batista S/C - Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Bairro: Centro, São João Batista/SC - CEP: 88240-000.

1.3 - Abertura da Sessão

Data/Hora: dia 01/10/2018 às 9h.

Local: Prefeitura Municipal de São João Batista S/C - Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Bairro: Centro, São João Batista/SC - CEP: 88240-000.

05 Bailto. Octillo, Odo 30do Balista/00 OEI . 00240 000.

2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

- 2.1 Somente poderão participar desta licitação empresas que se enquadrem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos, bem como preencherem as condições de credenciamento constante do Edital.
- 2.2 As MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) terão tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, artigos 42 a 49; e Lei Complementar 147/2014.
- 2.3 Não será admitida a participação de:
- 2.3.1 Empresas cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- 2.3.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 2.3.3 Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante ou de qualquer órgão da Administração Pública Municipal.



- 2.3.4 Empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 2.3.5 A participação na Licitação implica na aceitação inconteste de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.

3 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 3.1 Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, a licitante interessada ou seu representante deverá identificar-se, e, no caso de representante, este deverá comprovar o credenciamento e os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame.
- 3.1.1 Para comprovar a condição de interessado ou a qualidade de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:
- a) Cópia do documento de identidade de fé pública;
- b) Se representante (preposto/procurador), procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases, e todos os demais atos, em nome da licitante; bem como cópia do contrato social autenticado;
- c) Se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.
- d) Os documentos de credenciamento não deverão estar envelopados.
- 3.2 As licitantes deverão fazer-se presentes na sessão pública do Pregão, no horário fixado no preâmbulo deste Edital, para:
- 3.2.1 Credenciamento;
- 3.2.2 Entrega da declaração (Anexo IV);
- 3.2.3 Entrega dos envelopes com as propostas e documentos.
- 3.3 Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada, para cada item.
- 3.4 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão por item, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.



- 3.5 A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, bem como possa manifestar interesse recursal, lavrandose em ata o ocorrido e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.
- 3.6 Aplica-se igualmente o disposto no item 3.5 às licitantes que não se fizerem representar na sessão pública.
- 3.7 O não comparecimento do titular e/ou do representante não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante.
- 3.8 A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do pregoeiro.
- 3.9 A não apresentação ou, ainda, a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação da licitante no presente certame.
- 3.10 Após o encerramento do credenciamento, identificação dos representantes das empresas proponentes e entrega dos envelopes contendo as propostas e a documentação, será declarada a abertura da sessão pública pelo pregoeiro, e não mais serão admitidos novos proponentes.

4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 4.1 Aberta à sessão pública do Pregão, e finalizado o credenciamento dos interessados ou seus representantes estes entregarão ao pregoeiro:
- 4.1.1 Uma declaração datada e assinada de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo IV;
- 4.1.2 A proposta de preços e os documentos de habilitação que deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, preferencialmente opacos e rubricados no fecho, contendo na parte externa as seguintes informações:



PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIFICAMENTE VOLTADOS À REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA E CONTROLADORIA NECESSÁRIA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÕES CMV Nº 3.922/10, Nº 4.392/14, Nº 4.604/17 E AS PORTARIAS Nº 519/11, Nº 440/2013 E Nº 300/15.
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE Nº DO CNPJ

ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIFICAMENTE VOLTADOS À REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA E CONTROLADORIA NECESSÁRIA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÕES CMV № 3.922/10, № 4.392/14, № 4.604/17 E AS PORTARIAS № 519/11, № 440/2013 E № 300/15. RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE № DO CNPJ

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS - Envelope nº 1

- 5.1 A proposta de preços contida no Envelope nº 1 deverá, obrigatoriamente, ser apresentada em papel timbrado, datilografado ou impresso por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CNPJ da licitante, devendo a última ser datada e assinada pelo representante da empresa devidamente identificado. E, preferencialmente, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e contendo endereço, telefone, fax e e-mail da licitante.
- 5.1.1 Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado;
- 5.1.2 Na hipótese prevista no subitem 5.1.1, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, à falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;
- 5.1.3 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial da empresa vencedora, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal de ambas.
- 5.2 A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Edital deverá conter:



- a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente Edital, informando as características, modelo, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;
- b) o preço unitário e total, expresso em reais, com no máximo 03 (três) algarismos decimais;
- c) o prazo de execução do (s) objeto (s) cotado (s) deverá (ao) ser realizado imediatamente, após solicitado.
- d) o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;
- 5.3 Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.
- 5.4 Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).
- 5.5 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 5.6 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrarem como tal e desejarem obter benefícios da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a declaração constante no Anexo V deste Edital, juntamente com a proposta.
- 5.7- A simples participação neste certame implica em:
- a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão;
- b) Que no preço final dos produtos propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e fretes e que também estão deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;

6 - DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

- 6.1 Aberta à sessão pública do Pregão, imediatamente após a entrega dos envelopes, o pregoeiro abrirá o Envelope nº 1 Proposta de Preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente Edital e as ordenará por ordem de menor preço por item.
- 6.2 Participarão dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% (dez por cento) superiores, relativamente, a de menor preço.

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000



- 6.2.1 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três).
- 6.3 Os lances verbais e sucessivos pelo menor preço serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.
- 6.4 Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 6.5 Os lances, em valores distintos e decrescentes serão efetuado no momento em que for conferida a palavra ao interessado ou representante da licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida disputa para toda a ordem de classificação estabelecida pelo pregoeiro.
- 6.6 É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.
- 6.7 Os lances observarão o decréscimo conforme determinação do Pregoeiro.
- 6.8 Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 6.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de competição para o item e na consideração do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.10 Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.
- 6.11 Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta escrita de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.
- 6.12 A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 6.13 Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame será adjudicado o objeto a seu favor. (Artigo 45, I).



- 6.14 Em não ocorrendo à contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II)
- 6.15 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III).
- 6.16 Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo 45, parágrafo 2º)
- 6.17 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.
- 6.18 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, em ordem crescente, as ofertas de preços propostos, o pregoeiro verificará:
- a) a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do Órgão licitante, decidindo a respeito;
- b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no Edital e seus Anexos, bem como as demais condições estabelecidas.
- 6.19 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.
- 6.20 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, por ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda as condições do Edital, que será declarada vencedora da licitação.
- 6.21 Serão desclassificadas:
- a) as propostas que não atenderem às exigências relativas ao objeto desta licitação;
- b) as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item/lote licitado;
- c) as que conflitarem com a legislação em vigor;
- d) as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;



19 97 1958

6.21.1 - Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital.

6.22 - Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, imediatamente será aberto pelo Pregoeiro o Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

7 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 2

- 7.1 Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto, deverão ser apresentados:
- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor autorizado da Prefeitura Municipal de São João Batista, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou
- d) cópia autenticada pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais.
- 7.1.1 Somente serão aceitos documentos originais ou cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;
- 7.1.2 Somente será (ão) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original (is);
- 7.1.3 Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação.
- 7.2 A documentação para fins de habilitação a ser incluída no Envelope nº 2 pelas licitantes é constituída de:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Negativa Conjunta de regularidade fiscal e previdenciária perante a Fazenda Nacional (Portaria MF 358, de 05/09/14), com validade na data da apresentação. Somente será aceita a Certidão negativa de Débito obtida através da INTERNET, ou fotocópia autenticada.
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;



d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, **bem como do Município de São João Batista**:

Para obter a Certidão Negativa de Débitos do Município de São João Batista/SC, a empresa interessada poderá solicitar da seguinte forma: Telefone: (48) 3265-0195 - ramal 247 - Setor de Tributos. Através do ícone "Serviço para a empresa" no site do Município: www.sjbatista.sc.gov.br (para usuários já cadastrados no Município).

- * A Certidão Negativa de Débitos do Município de São João Batista/SC deve ser solicitada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de não ser entregue em tempo para a licitação.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, conforme instituiu a Lei 12.440/2011;
- g) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo III do Edital;
- h) Certidão do Distribuidor Cível da sede da pessoa jurídica, constando a **NEGATIVA** de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.3. A licitante deverá comprovar a sua habilitação e qualificação técnica, mediante a apresentação de amostras, modelos e declarações que comprovem a sua capacidade técnica e tecnológica em atender os requisitos da presente licitação, para tanto, deverá:
- a) Apresentar o Ato Declaratório de emissão da Comissão de Valores Mobiliários CVM, credenciando a licitante a prestar serviços de consultoria no âmbito empresarial;
- b) Apresentar o Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Economia CORECON;
- c) Apresentar no mínimo 02 (dois) "Atestado de Capacidade Técnica", onde o emitente declara que a licitante presta serviços em funções iguais ou similares as constantes do objeto da presente licitação. No referido atestado, deverá constar o patrimônio financeiro do declarante na data de emissão do atestado, devendo esse, ser no mínimo de R\$ 50.000.000,00. O atestado deverá ser fornecido por um Regime Próprio de Previdência Social RPPS. Os respectivos atestados devem ser devidamente identificados com sua razão social e assinados por um de seus representantes legais;
- d) Apresentar o Registro de Consultores de Valores Mobiliários CVM do(s) consultor(es) da licitante que efetivamente prestarão a consultoria ao IPRESJB;

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000



- e) Apresentar o(s) Certificado junto a ANBIMA, APIMEC ou outro órgão autorizado, do(s) consultor(es) da licitante que efetivamente prestarão a consultoria ao IPRESJB, que deverão possuir no mínimo a certificação CPA-20 ou equivalente;
- f) Apresentar comprovação de que o(s) consultor (es) autorizados pela CVM e certificados pelas entidades ANBIMA, APIMEC ou outro órgão autorizado, pertence(m) ao quadro societário ou de funcionários da licitante. A comprovação dar-se-á pela CERTIDÃO SIMPLIFICADA da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, com data de emissão de até 60 (sessenta) dias anteriores a data prevista para a abertura do presente certame ou o Livro de registro de funcionários;
- g) Apresentar declaração em papel timbrado e devidamente assinada por seu(s) representante(s) legal(is), de que a licitante fornecerá uma Plataforma Online na WEB, com capacidade e recursos tecnológicos para o pleno atendimento dos requisitos da presente licitação. Deverá constar da presente declaração, o endereço eletrônico para acesso a plataforma já mencionada, com login e senha, para verificação se necessário por parte da comissão de licitação, ou a quem ela designar, da capacidade de atender a todos os requisitos descritos nas especificações do objeto. Complementarmente a essa declaração, a licitante deverá anexar um atestado de capacidade técnica, fornecido por um Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, declarando que a licitante disponibiliza esse ambiente privativo na WEB, atendendo as suas necessidades;
- 7.4. Com o objetivo de comprovar a sua capacidade no pleno atendimento dos requisitos do presente edital, a licitando deverá apresentar amostras dos relatórios, das análises, dos informativos e documentos elaborados, de forma segregada ou consolidada, conforme abaixo:
- a) Apresentar um relatório com periodicidade mensal, que contenha no mínimo, a composição da carteira de investimentos, a distribuição por segmento e por tipo de ativo, a participação de cada gestor na carteira de investimentos, a rentabilidade dos ativos individualmente (no mês, no ano e em 12 meses), a rentabilidade da Carteira de investimentos (no mês, no ano e em 12 meses), bem como, dos ativos da carteira própria (se houver);
- b) Apresentar um relatório com periodicidade mensal, que contenha a composição da carteira de cada um dos fundos investidos, dos ativos da carteira própria (se houver) e a consolidação total dos ativos de Renda Fixa e de Renda Variável, permitindo uma visão geral do tipo de ativos que compõem a carteira de investimentos;
- c) Apresentar um relatório que demonstre o fluxo de caixa mensal da carteira, com periodicidade mensal, de modo a permitir aos gestores, membros do comitê de investimentos e conselheiros, verificar as movimentações ocorridas na carteira de investimento, quanto aos resgates e as aplicações;

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000



d) Apresentar um relatório que demonstre o resultado financeiro obtido pela carteira de investimento do IPRESJB, com periodicidade mensal, separados por segmento e por tipo de ativo;

- e) Apresentar um relatório com periodicidade mensal, que informe os prazos de cotização e liquidação das aplicações e resgates dos fundos de Renda Fixa, Renda Variável e Multimercados, que compõem na carteira de investimentos do IPRESJB;
- f) Apresentar um relatório que demostre o enquadramento ou não, das aplicações financeiras em consonância com a legislação, com a PI Política de Investimentos do IPRESJB e as demais exigências da legislação aplicável, com periodicidade mensal, trazendo também, o número de cotistas no fundo de investimentos em que o IPRESJB aplica, a participação % (percentual) do IPRESJB em cada fundo investido, mostrando também, a participação dos investimentos do IPRESJB na totalidade do PL (patrimônio líquido) da instituição gestora;
- g) Apresentar um relatório de Risco Quantitativo, com periodicidade mensal, apresentado com indicativo mensal e de 12 meses, com no mínimo as seguintes medidas de risco: Volatilidade anualizada, VaR (95%), Tracking Error, Sharpe, Beta, Alfa de Jensen, Máximo Draw-Down, Treynor;
- h) Apresentar um relatório ou ferramenta que possibilite o acompanhamento da indústria de fundos de investimentos obrigatoriamente adequados aos RPPS. Para praticidade e objetividade no uso e na comparação entre os pares, os fundos de investimentos devem estar separados por Benchmark e por segmento. Deve apresentar a rentabilidade absoluta e relativa dos fundos, comparada com a META ATUARIAL, em períodos padrões de mercado (mês, ano, 12 e 24 meses se houver), destacar o PL Patrimônio Líquido e indicadores de risco e de performance, com periodicidade mínima de quinze dias;
- i) Apresentar um relatório de controladoria visando a consolidação da carteira de investimentos DIARIAMENTE, possibilitando aos gestores o acompanhamento da evolução patrimonial através de uma cota única, da rentabilidade diária e mensal dos ativos, de forma individual e consolidada. A apuração da rentabilidade da carteira consolidada deverá conter a variação percentual diária, mensal, no ano e em 12 meses, comparada com a variação % do CDI e da META ATUARIAL do IPRESJB;
- j) Apresentar um relatório com periodicidade DIÁRIA, com informações sobre os Títulos Públicos Federais, a saber: Tesouro IPCA+ (NTN-B); Tesouro Prefixado (LTN) e Tesouro Prefixado com Juros (NTN-F), informando o Duration de cada vértice, variação % do PU no dia e no mês e a Taxa Indicativa do título no mês atual e no anterior. Para uma melhor interpretação dessas informações, deverá ser apresentada a média ponderada das taxas indicativas dos títulos que compões os índices e sub índices IMA;

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000



- k) Apresentar um relatório que demostre a forma como a licitante sugere a composição da carteira de investimentos, com base nas variadas opções de Fundos de Renda Fixa, Multimercados e de Renda Variável. Essa sugestão deve observar no item ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, a redação e a orientação presente no subitem 4, para a elaboração das recomendações a serem sugeridas utilizando para tanto, mas não somente disso se assim desejar, os diversos índices e benchmark usados pelo mercado que atendem a essa situação;
- I) A licitante deverá proceder a análise de novos produtos financeiros, ofertados ao IPRESJB, nos termos da legislação vigente, num prazo máximo de até 05 (cinco) dias uteis, contados a partir da solicitação via correio eletrônico, exceto para os fundos estruturados (FIDC, FII e FIP) cujo prazo será de até 20 (vinte) dias úteis, onde seja exposta a opinião clara e pontual da consultoria a respeito do produto financeiro analisado. Para tanto a licitante deverá apresentar declaração emitida em papel timbrado e devidamente assinada por seu(s) representante(s) legal(is), do compromisso em cumprimento das orientações e dos prazos solicitados;
- m) Quando demandada, deverá realizar analise dos produtos financeiros oferecidos ao IPRESJB, encaminhando o resultado das análises realizadas por e-mail ao IPRESJB e disponibiliza-las na Plataforma Online na WEB, para acesso, consulta e subsídio para todos os participantes no processo de gestão dos recursos financeiros. Para tanto, a licitante deverá apresentar 05 (cinco) amostras das suas analises, sendo compostas composta por (1) um fundo de renda fixa com benchmark em algum sub índice do IMA Índice de Mercado ANBIMA ou IDKA Índice de Duração Constante ANBIMA, (1) um fundo de Renda Fixa que contenha a expressão "Crédito Privado", (1) um fundo de Renda Variável, (1) um FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) e (1) um fundo estruturado, podendo ser um FII (Fundo de Investimento Imobiliário) ou um FIP (Fundo de Investimentos em Participações), onde seja exposta, através de uma análise quantitativa e qualitativa, a clara opinião da consultoria a respeito do produto financeiro analisado. Sobre os fundos estruturados, a análise deve recair também sobre a tese de investimentos, seus pontos fortes, fracos e conclusão;
- n) Apresentar amostra dos informativos elaborados para licitante, informando sua respectiva periodicidade, que tem por objetivo levar aos participantes no processo de gestão dos recursos financeiros, informações do mercado financeiro, políticas e demais assuntos relacionados.
- 7.5 Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.
- 7.6 Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o subitem 7.2 deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;



19 97 1958

se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

- 7.5 A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.
- 7.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 7.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cincos) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.
- 7.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.8 Da Abertura do Envelope nº 2 Documentos de Habilitação
- 7.8.1 Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 2 Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;
- 7.8.2 Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;
- 7.8.3 Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;
- 7.8.4 O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em pode do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 7.8.4.1 Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o item 6.21 deste Edital será devolvido imediatamente à interessada.

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000



8 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais

apresentadas na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e as licitantes com intenção de recorrer, sendo os motivos registrados em ata.

8.1.1 - A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e por todos os prepostos das

licitantes presentes, através dos interessados ou representantes devidamente credenciados.

8.2 - Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo

excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

8.2.1 - Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova

data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, aos

licitantes presentes;

8.2.2 - Será lavrada ata a ser assinada por todos os presentes relatando todos os atos e fatos

ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do

adiamento.

8.3 - O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma

providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

9 - DA(S) AMOSTRA(S) / PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAL(IS)

9.1 - Sempre que entender necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de amostra(s) ou prospecto(s), dos produto(s) cotado(s), devidamente identificada(s), de acordo

com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade.

9.2 - Será desclassificada, caso apresente amostra/prospecto fora das especificações técnicas

previstas no Anexo I deste Edital, estando sujeita às penalidades previstas.

10 - DO JULGAMENTO

10.1 - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às

condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o "MENOR

PREÇO GLOBAL".

10.2 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato

convocatório da licitação.



10.3 - Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital (quanto à proposta e à habilitação) e, que a amostra apresentada, caso solicitada no decorrer do processo, tenha sido tecnicamente aprovada, a licitante será declarada vencedora sendo- lhe adjudicado o objeto.

11 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1 Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Pregão.
- 11.2 Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.
- 11.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.
- 11.4 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 11.5 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela licitante.
- 11.6 Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.
- 11.7 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.8 As impugnações, recursos e contrarrazões deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de São João Batista, SC, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº
- 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000.

12 - DA CONTRATAÇÃO

12.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato e Autorização de Fornecimento/Empenho, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000



- 12.2 Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento/Empenho:
- 12.2.1 Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), receberá por Fax a Autorização de Fornecimento ou Empenho, sendo o Contrato enviado por correio, que após assinado deverá ser devolvido a Prefeitura Municipal de São João Batista.
- 12.2.2 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou a retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço;
- 12.2.3 Se a licitante vencedora se recusar a assinar o Contrato e apresentar justificativa por escrito não aceita pela Contratante ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito de vencedora, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste Edital;
- 12.3 A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.4 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.
- 12.5 A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1 O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) neste Pregão, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.
- 13.2 O pagamento será:
- 13.2.1 efetuado mensalmente, mediante apresentação de relatório de fechamento mensal com apresentação de Nota Fiscal, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, efetuando-se no ato do pagamento as retenções de impostos previstas em lei.
- 13.3 A Prefeitura, exigirá do(s) proponente(s) vencedor(es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.



- 13.4 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.
- 13.5 Ficamos expressamente estabelecidos que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do Produto na Prefeitura, sito Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista SC, constituindo-se na única remuneração devida.
- 13.6 O preço poderá ser reajustado, mediante comprovação, através de requerimento administrativo.

14. PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 14.1 O prazo para execução dos serviços será de **imediato**, após assinatura do contrato.
- 14.2 A vigência contratual será de **12 meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes, através de termo aditivo.
- 14.3 A contratada deverá prestar os serviços a contratante, observando as especificações de cada item e a periodicidade (quando for o caso), disponibilizando em uma Plataforma Online na Web, acessada por login e senha, todos os relatórios oriundos do serviço da consultoria e controladoria prestados, possibilitando a impressão e a guarda na forma de arquivos digitais;
- 14.4 A contratada deverá fazer o acompanhamento da carteira, visando uma alocação eficiente dos ativos financeiros, avaliando os riscos dos ativos e o risco consolidado da carteira de investimentos, equilíbrio da relação risco retorno, análise da rentabilidade e enquadramento mensal das aplicações financeiras;
- 14.5 A contratada deverá ao longo do período, desenvolver avaliações focadas em estratégias e planos de ação direcionados à redução da volatilidade, à antecipação de efeitos das mudanças estruturais econômicas, que impactem na carteira de investimentos;
- 14.6 A contratada deverá executar sob demanda da contratante, a análise de novos produtos financeiros que estejam de acordo com a PI Política de Investimentos e nos termos de toda a legislação apontada no objeto do presente termo de referência. Fica desde já proibido e passível das penalidades cabíveis, a indução por qualquer meio, á aquisição de produtos de instituições financeiras, de que a contratada faça parte DIRETA ou INDIRETAMENTE, recebendo ou não comissão ou outro tipo de remuneração, de forma a não comprometer a sua autonomia, isenção na prestação do serviço ora proposto;
- 14.7 A contratada deverá no momento oportuno, dar suporte para a elaboração da PI Política Anual de Investimentos e suas respectivas alterações se necessário;



14.8 - A contratada deverá fornecer com periodicidade anual, um Estudo de Macro Alocação de Ativos – Modelo Estocástico, Asset Liability Management – ALM;

14.9 - A contratada deverá proceder o atendimento as demandas técnicas dos gestores, através

das opções (Skype, telefone ou correio eletrônico);

14.10 - A contratada deverá realizar reunião presencial, se convocada, com periodicidade

mensal previamente programada pelos gestores, com apresentação dos resultados da carteira do investimentos o consolicidade, atualização do conório comômico com o quel o consultario

de investimentos e se solicitado, atualização do cenário econômico com o qual, a consultoria

trabalha para o próximo período, contendo as premissas e expectativas para o PIB, taxa de juros, inflação, câmbio e demais questões macroeconômicas. O cenário deverá ser elaborado e

sob responsabilidade do(a) economista, registrado no CORECOM pela empresa;

14.11 - Disponibilizar ferramenta na Plataforma Online na WEB, para execução do

credenciamento de Instituições financeiras (Administradores e Gestores de Fundos de

Investimento) e dos Fundos de Investimentos, com emissão dos documentos necessários. Disponibilizar na própria plataforma ou emitir relatório para o controle de prazos de validade e

respectivas atualizações, nos termos da legislação vigente;

14.12 - Disponibilizar ferramenta na Plataforma Online na WEB, para gerar automaticamente as

APR's, possibilitando o armazenamento dos documentos emitidos e o acesso aos relatórios gerados, por parte dos gestores e demais participantes do processo de gestão do RPPS;

14.13 - A contratada deverá prover o IPRESJB com informações relativas ao mercado, as

questões políticas e outras que julgar importante, com o objetivo compartilhar conteúdo que

possa contribuir e subsidiar a tomada de decisão. Além de contribuir para um continuo processo

de aculturamento nas questões financeiras e econômicas, por parte dos participantes no

processo de gestão dos recursos financeiros;

14.14 - A contratada deverá elaborar e disponibilizar mensalmente, o arquivo XML com os dados

necessários para o envio do demonstrativo das aplicações e investimentos dos recursos (DAIR)

para o CADPREV.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta do orçamento de 2018 do

IPRESJB, conforme segue: (7) 3.3.90.35.01.00.00.00.00.00.

16 - DAS SANÇÕES

16.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

16.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

- I Multa, que será deduzido dos respectivos créditos, ou cobrado administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
- a) 0,2% por dia útil de atraso do recebimento da Autorização de Fornecimento ou empenho, a contar do terceiro dia útil após a comunicação via fax, até o limite de 20%, calculado sobre o valor em atraso;
- b) 5% no caso da Contratada não realizar a entrega do produto ou pedir a rescisão do

Contrato de fornecimento, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

- c) 20% sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de fornecimento, exceto prazo de entrega.
- II Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:
- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou empenho, quando enviado por fax dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame:
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.



- 16.3 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Prefeitura considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida às justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.
- 16.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.
- 16.5 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas por escrito ao Setor de Licitação, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.
- 17.1.1 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão ficarão disponíveis para todos os interessados, no Setor de Licitação e Compras, na Secretaria de Administração e Finanças.
- 17.2 Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis, salvo disposição em contrário oriunda de Lei Federal ou Medida Provisória.
- 17.3 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 17.3.1 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.4 A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 17.5 A Prefeitura poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 17.6 O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta à licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000



prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

- 17.7 Cópias deste Edital e seus Anexos, bem como informações e esclarecimentos serão prestados pelo Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São João Batista, sito à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro CEP: 88240-000 São João Batista/SC de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone nº (48) 3265-0195.
- 17.8 A Contratante não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente.
- 17.9 Fica eleito o foro da Comarca de São João Batista, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

São João Batista, 17 de setembro de 2018.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000

<u>ltem</u>

Fax: ()

Local e data:

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

Marca

Unitário

Preço Em R\$

Total

(para ser efetuado o pagamento)

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Quantidade

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA S/C.

<u>Unidade</u> Especificação

(Modelo, Fabricante, Etc)

	,					
Preço total em R\$ por extenso: Validade da Proposta: Prazo de Entrega: Local de Entrega:						
Razão Endere Municíp Estado CNPJ/0 Fone: (oio: : CEP: CPF/MF:)	E				
Fax: (•		•			
Banco Agencia Numero Conta						
Responsável pela assinatura contrato:						
Cargo: CPF:						
Fone: ()						

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante.

Assinatura/Carimbo



ANEXO III

DECLARAÇÃO

	inscrito no CNPJ
n Sr(a)	por intermédio de seu representante legal (a) portador(a) da Carteira de Identidade
	CPF no, DECLARA que
quadro pessoal empregados com menos de 1	ituição Federal e que não possuímos em nosso 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou alquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a
Loc	cal e Data:
Nome, ca	rgo e assinatura
Razão So	ocial da empresa

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:	
CNPJ:ENDEREÇO:	
DECLARAMOS para efeitos do atendimento do subitem 4.1.1, do Edital o	de Pregão nº
/2018 promovido pelo IPRESJB, conforme exigido pelo inciso VII, do a Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente a habilitação estabelecidas neste Edital.	
Local e Data:	
Nome, cargo e assinatura	
Razão Social da empresa	

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante

ANEXO V

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Nome da empresa, qualificação, endereço, inscrita no CNPJ, neste ato representado por
, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos ermos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.
Local e Data
Nome e Assinatura do Representante Legal

Observação: Emitir em papel timbrado da licitante



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

	TERMO DE CONTRATO Nº/2018, QUE ENTRE S
	CELEBRAM O IPRESJB, INSCRITA NO CNP.
	N°
	, ORA EM DIANTE DENOMINADA
	CONTRATANTE E A EMPRESA
	INSCRITA NO CNPJ Nº
	DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA.
CNPJ 04.545.243/0001-66, com sed João Batista (SC), neste ato doravante denominado CONTRAT CNPJ nº, com sede na, CEP:	SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, inscrito sob o e à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São representado pelo Diretor Executivo, Marcelo Sartori, TANTE, e a empresa, inscrita no Rua:, nº, município de, neste ato representado por, doravante vem firmar o presente Contrato, decorrente do Processo emologado em//, mediante sujeição mútua as

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIFICAMENTE VOLTADOS À REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA E CONTROLADORIA NECESSÁRIA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÕES CMV Nº 3.922/10, Nº 4.392/14, Nº 4.604/17 E AS PORTARIAS Nº 519/11, Nº 440/2013 E Nº 300/2, conforme especificações no anexo I, parte integrante do Pregão Presencial nº 002/IPRESJB/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O prazo para execução dos serviços será de **imediato**, após assinatura do contrato.
- 3.2. A vigência contratual será de **12 meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes, através de termo aditivo.
- 3.3. No caso do adjudicatário não aceitar a Autorização de Fornecimento A.F, o mesmo ficará sujeito às penalidades da legislação em vigor, sendo os demais licitantes convocados por ordem de classificação, enquanto houver conveniência para a Administração Pública.
- 3.4 A contratada deverá prestar os serviços a contratante, observando as especificações de cada item e a periodicidade (quando for o caso), disponibilizando em uma Plataforma Online na Web, acessada por login e senha, todos os relatórios oriundos do serviço da consultoria e controladoria prestados, possibilitando a impressão e a guarda na forma de arquivos digitais;
- 3.5 A contratada deverá fazer o acompanhamento da carteira, visando uma alocação eficiente dos ativos financeiros, avaliando os riscos dos ativos e o risco consolidado da carteira de investimentos, equilíbrio da relação risco retorno, análise da rentabilidade e enquadramento mensal das aplicações financeiras;
- 3.6 A contratada deverá ao longo do período, desenvolver avaliações focadas em estratégias e planos de ação direcionados à redução da volatilidade, à antecipação de efeitos das mudanças estruturais econômicas, que impactem na carteira de investimentos;
- 3.7 A contratada deverá executar sob demanda da contratante, a análise de novos produtos financeiros que estejam de acordo com a PI Política de Investimentos e nos termos de toda a legislação apontada no objeto do presente termo de referência. Fica desde já proibido e passível das penalidades cabíveis, a indução por qualquer meio, á aquisição de produtos de instituições financeiras, de que a contratada faça parte DIRETA ou INDIRETAMENTE, recebendo ou não comissão ou outro tipo de remuneração, de forma a não comprometer a sua autonomia, isenção na prestação do serviço ora proposto;
- 3.8 A contratada deverá no momento oportuno, dar suporte para a elaboração da PI Política Anual de Investimentos e suas respectivas alterações se necessário;
- 3.9 A contratada deverá fornecer com periodicidade anual, um Estudo de Macro Alocação de Ativos Modelo Estocástico, Asset Liability Management ALM;
- 3.10 A contratada deverá proceder o atendimento as demandas técnicas dos gestores, através das opções (Skype, telefone ou correio eletrônico);



- 3.11 A contratada deverá realizar reunião presencial, se convocada, com periodicidade mensal previamente programada pelos gestores, com apresentação dos resultados da carteira de investimentos e se solicitado, atualização do cenário econômico com o qual, a consultoria trabalha para o próximo período, contendo as premissas e expectativas para o PIB, taxa de juros, inflação, câmbio e demais questões macroeconômicas. O cenário deverá ser elaborado e sob responsabilidade do(a) economista, registrado no CORECOM pela empresa;
- 3.12 Disponibilizar ferramenta na Plataforma Online na WEB, para execução do credenciamento de Instituições financeiras (Administradores e Gestores de Fundos de Investimento) e dos Fundos de Investimentos, com emissão dos documentos necessários. Disponibilizar na própria plataforma ou emitir relatório para o controle de prazos de validade e respectivas atualizações, nos termos da legislação vigente;
- 3.13 Disponibilizar ferramenta na Plataforma Online na WEB, para gerar automaticamente as APR's, possibilitando o armazenamento dos documentos emitidos e o acesso aos relatórios gerados, por parte dos gestores e demais participantes do processo de gestão do RPPS;
- 3.14 A contratada deverá prover o IPRESJB com informações relativas ao mercado, as questões políticas e outras que julgar importante, com o objetivo compartilhar conteúdo que possa contribuir e subsidiar a tomada de decisão. Além de contribuir para um continuo processo de aculturamento nas questões financeiras e econômicas, por parte dos participantes no processo de gestão dos recursos financeiros;
- 3.15 A contratada deverá elaborar e disponibilizar mensalmente, o arquivo XML com os dados necessários para o envio do demonstrativo das aplicações e investimentos dos recursos (DAIR) para o CADPREV.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1. Cabe ao contratante, a seu critério e através do departamento competente, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização quando a execução dos materiais, obedecida às especificações do presente edital.
- § 1º A contratada declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo contratante.
- § 2º A existência e a atuação da fiscalização do contratante em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da contratada, no que concerne aos serviços contratados e suas consequências e implicações próximas ou remotas.

Praça: Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89 - Centro - São João Batista / SC Fone: (48) 3265-0195 - Ramal: 206 - CEP: 88.240-000

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O preço global previsto neste contrato é de R\$ _____ (__

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação de relatório de fechamento mensal com apresentação de Nota Fiscal, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, efetuando-se no ato do pagamento as retenções de impostos previstas em lei.
- 6.2 O pagamento SOMENTE será realizado mediante apresentação da NOTA FISCAL ELETRÔNICA, conforme Protocolo ICMS n. 042, de 03 de julho de 2009.
- 6.3. O Município exigirá do proponente vencedor, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESPESA

7.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta do orçamento de 2018 do IPRESJB: (7) 3.3.90.35.01.00.00.00.00.00.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

Para os reajustes utilizada a variação do IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses da assinatura do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, neste Pregão e no Contrato.
- 9.2 Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:
- I Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
- a) 0,2% por dia útil de atraso a contar da emissão Autorização de Fornecimento/Empenho, a contar do terceiro dia útil após a comunicação via fax, até o limite de 20%, calculado sobre o valor contratado.



b) 5% no caso da Contratada não realizar a entrega do material ou pedir a rescisão do

Contrato de fornecimento, calculado sobre o total ou a parte inadimplente;

c) 20% sobre o valor total do fornecimento contratado, pelo desatendimento às condições de

fornecimento, exceto prazo de entrega.

II - Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até

05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento, quando convocado dentro do prazo de

validade da proposta;

b) fraudar a execução do contrato;

c) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

9.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Prefeitura considerará,

motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida às justificativas da

licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

9.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

9.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação

qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência

contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem durante a validade do presente

contrato, inclusive para com e perante terceiro.

10.2. A aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e

cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10.3. Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas

na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1. A rescisão do presente poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos

I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;



b) A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula nona;

- c) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- d) Constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;
- e) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- f) A rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as conseqüências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.
- 11.2 Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em:
- a) Aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o MUNICÍPIO e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do IPRESJB. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

- 12.1. Para dirimir toda e qualquer questão, que derivar deste contrato, fica designado o foro da comarca de São João Batista, SC, com renuncia expressa de qualquer outro mais privilegiado que seja.
- 12.2. E por estarem justos e contratados, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, que vai assinado pelos contratantes e as testemunhas que a tudo assistiram.

São João Batista, de de 2018.

Marcelo Sartori

Diretor Executivo
Contratante

Responsável Legal

Empresa Contratada Contratada



Testemunhas:

Fulano de Tal CPF nº. 000.000.000/00 Fulano de Tal CPF nº. 000.000.000/00